

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DAS PRIMEIRAS UNIVERSIDADES Á CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA*

HISTORY OF HIGHER EDUCATION: FROM THE FIRST UNIVERSITIES TO THE CREATION OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF RONDÔNIA

Flaviana Faustino da Silva **1**
Richéle Timm dos Passos da Silva **2**

Resumo: Este trabalho consiste em fazer um apanhado histórico sobre a Educação Superior no seu contexto geral, na historicidade brasileira e apontar aspectos da história da implantação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Entendemos que para projetarmos uma construção de uma universidade que almeje ser democrática, humana e inventiva, é preciso, antes de tudo, conhecermos sua origem, concepção e implantação. Portanto, ao pensarmos na educação superior brasileira e mais precisamente na UNIR, entendemos que tem uma jovialidade quanto a sua caracterização institucional, no entanto, faz parte e é resquício de uma larga história mundial que tem raízes nos moldes alemães, franceses e norte americanos.

Palavras-chave: Universidade; História; Função.

Abstract: This work consists of making a historical survey about Higher Education in its general context, in the Brazilian historicity and pointing out aspects of the history of the implantation of the Federal University of Rondônia (UNIR). We understand that in order to design a building for a university that aims to be democratic, human and inventive, it is necessary, first of all, to know its origin, conception and implantation. Therefore, when we think of Brazilian higher education and more precisely in the UNIR, we understand that it has a cheerfulness about its institutional characterization, however, it is part and a remnant of a wide world history that has roots in the German, French and North American

Keywords: University; Story; Function.

Graduada em Pedagogia pela UNIR, campus de Vilhena. E-mail: **1**
flaviafaustino@outlook.com

Graduada em Pedagogia pela UFPEL, Especialista em **2**
Psicopedagogia pela FACIPE, Mestre em Educação pela UFRGS. Professora da
Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Educação, Departamento de
Fundamentos da Educação. E-mail: richelertps@gmail.com

**Este texto é parte da pesquisa que resultou na monografia de conclusão de curso de Pedagogia pela Universidade Federal de Rondônia – Campus de Vilhena, da acadêmica Flaviana Faustino da Silva, orientada pela profa. Me. Richéle Timm dos Passos da Silva, então professora do Departamento Acadêmico de Ciências da Educação, curso de Pedagogia, UNIR campus de Vilhena.*

Introdução

Com o passar dos tempos, a sociedade caracterizou-se a partir de paradigmas conceituais pensados com relação às exigências histórico-temporais de cada período. Assim, poder-se-ia dizer que se tem a sociedade organizada a partir das “revoluções” que direcionam e impelem a novos rumos e outras formas de reger essa vida social. Então, passou-se pela Revolução Agrícola, pela Industrial e atualmente vivencia-se a Revolução Científico-Tecnológica.

A Educação Superior, entendida como um “microcosmo” da sociedade, carrega as transformações e modificações no intuito de corresponder a esses novos modos de organização social buscando posicionar-se frente às demandas que lhe impõe. Contudo, sofre interferências desta sociedade em sua maneira de pensar e organizar sendo, porém, também capaz de influenciar um novo pensar e fazer social. Assim, a relação sociedade e Educação Superior é estreita e a todo o momento há inferência de uma sobre a outra. Evidentemente, sabe-se que, as demandas e exigências da contemporaneidade não são as mesmas e isso tudo faz com que se evidenciem situações complexas e dicotômicas.

Este texto visa revisitar a história da Educação Superior, evidenciando sua constituição em diferentes épocas e contextos histórico-sociais, até as formas e os modos de se pensar e fazer a Universidade na/da contemporaneidade. Num movimento que apresenta a composição destas instituições, do global ao local, pretende-se abordar das primícias da Educação Superior, em nível mundial, passando pela criação das primeiras instituições universitárias brasileiras, até a chegada, a instalação e a expansão deste nível do ensino no estado de Rondônia.

Aspectos Históricos da(s) Universidade(s): do contexto internacional a implantação das universidades brasileiras

Para falarmos de universidade, faz-se necessário compreender *a priori* o significado do termo ‘Universidade’, em consulta ao Dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010, p. 767), em relação ao conceito em questão, o mesmo apresenta a seguinte definição: “1. Universalidade. 2. Conjunto de faculdades ou escolas para a especialidade profissional ou científica. 3. Edificação onde funciona esse conjunto.”

O termo ‘Universidade’ se popularizou a partir do século XII, quando a Universidade de Paris juntamente com a Universidade de Bolonha se constituíram em modelos das universidades medievais. Constituíram-se como *studium generale* (estudos gerais), assim abrangia praticamente todos os domínios da época.

Firmou-se rapidamente como *universitas magistrorum et scholarium parisiensium* (universidade de professores e estudantes parisienses), (ROSSATO, 2006, grifos do autor). Assim, compreendemos que a Universidade, nos faz lembrar de ‘universo’, de ‘universal’, e esse termo nos faz refletir, ou idealizar uma instituição universalizada, onde todas as pessoas deveriam ter acesso.

Entretanto, o que se pode compreender, é que a universidade é universalizada somente na etimologia, pois na prática, ainda está longe de alcançar essa universalidade, já que foi pensada pela e para a elite.

Dessa maneira, compreendemos que a universidade deve ser universalizada, onde todos deveriam ter a oportunidade de acesso. Entretanto, ela foi criada e pensada por e/ou para uma pequena parcela da população, isso desde o princípio de sua criação. No tocante a adjacência [universidade], Benicá (2011, p. 50, grifo do autor) salienta:

O termo *universidade* traz implícita a ideia de universalidade, amplitude, abrangência, como também profundidade e diversidade. Enquanto instituição, seu papel essencial é desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão com vistas a suplantar as mais diversas barreiras e fronteiras. De sua competência primeira advém à responsabilidade de ser a grande tradutora dos conhecimentos científicos intertemáticos, dos resultados obtidos pela ciência e dos múltiplos conceitos no sentido de torná-los inteligíveis e úteis.

Para Sousa Santos (2008), a definição do que é universidade é fundamental para que a universidade possa ser protegida da concorrência predatória¹ e para que a sociedade não seja vítima de práticas de consumo fraudulento. A luta pela definição de universidade permite dar à universidade pública um campo mínimo de manobra para poder conduzir com eficácia a luta pela legitimidade.

Os autores supracitados apresentam as suas preocupações com a universidade, a importância de conhecermos o passado e o processo que a constituiu. Pois, a história da universidade nos leva a pensar a história da própria sociedade, a história da primeira está intrinsecamente ligada a história da segunda.

As primeiras universidades nasceram na Europa, a primeira delas foi a de Bolonha, em 1088 na Itália, os primeiros cursos foram Direito, Medicina e Teologia, pois a universidade era mantida pela Igreja Católica. Para Benicá (2011, p. 31-32)

O lócus originário da universidade são as escolas antigas dos gregos, romanos, estoicos e outros. Ela tem sua base inicial na Europa, na Baixa Idade Média, em um contexto de forte crise do modo de produção feudal e de muitos conflitos e contradições sociais de toda ordem.

Sousa Santos (2008) apropria-se da história para relatar que a mais antiga instituição de ensino superior do mundo ocidental é a Universidade de Bolonha, criada em 1088 no norte da Itália com o nome de *Alma Mater Studiorum*. Somente em 1316, teve sua comunidade de docentes e alunos reconhecida como universidade.

Pautado neste autor, a mais antiga universidade do mundo anglo-saxão é Oxford, fundada em 1096, somente no século XV, ao unificar 13 *colleges*, ganhou o *status* de universidade. No mundo hispânico, a primazia pertence à Universidade de Salamanca, criada em 1218, pelo Rei Afonso IX. Somente em 1422, uma bula papal² consagrou-a como universidade. A prestigiosa Universidade de Harvard começou em 1636, como *Harvard College*; ganhou a designação oficial de universidade após aprovação de seus estatutos em 1779.

As primeiras instituições universitárias eram extremamente direcionadas às elites da época, os resquícios dessas universidades elitistas ainda estão muito presente nos dias atuais, no mundo e também no Brasil. A universidade não só participou da exclusão social das raças e etnias ditas como inferiores, como também teorizou a sua inferioridade.

O conhecimento das pessoas comuns³ não tinha nenhum valor na academia, tanto que esta inferioridade se estendeu aos conhecimentos produzidos pelos grupos excluídos, em nome da prioridade epistemológica concebida à ciência. Dessa maneira, somente a universidade era a detentora do conhecimento.

Sousa Santos (2008) ressalta que, quando começa a ser socialmente perceptível que a universidade, ao especializar-se no conhecimento científico e ao considerá-lo a única forma de conhecimento válido, contribuiu ativamente para a desqualificação e mesmo destruição de muito conhecimento não-científico e que, com isso, contribuiu para a marginalização dos grupos sociais que só tinham ao seu dispor essas formas de conhecimento.

A história da Educação Superior brasileira demonstra a sua implementação e seu desenvolvimento estritamente ligados a modelos europeus e norte-americanos. No contexto de criação das primeiras universidades, na década dos anos 20, conforme Gamboa (1999, p. 80), “encontramos um discurso polêmico, criticando as limitações do modelo universitário voltado somente para o ensino e reclamando a necessidade de implementação da pesquisa nas instituições de ensino superior defendida como forma de afirmar o nacionalismo”.

Quando se trata-se de Educação Superior no Brasil, comparada a nível mundial, ainda é

1 Souza Santos (2008) refere-se às instituições que não são universidades, mas que aderem tal nomenclatura somente para comercializar a Educação Superior, pois, para ser universidade precisa existir o tripé entre ensino, pesquisa e extensão, sendo que a maioria das instituições que comercializam diplomas apoiam-se somente no ensino.

2 Na Igreja Católica Apostólica Romana, Bula Papal é uma carta especial ou documento relativo à matéria de fé ou a questões gerais e que possui o selo do Papa.

3 Para Bourdieu (1983), homem comum, diferencia-se daquele que acumula capital para fazer um ‘nome’, um nome próprio (re) conhecido. Entendemos então, pessoas comuns como as classes populares.

algo muito recente. Principalmente, porque a coroa portuguesa impediu de forma sistemática o surgimento de universidades durante o período colonial. Sua política visava submeter às elites nativas ao monopólio educacional advindo de Coimbra.

Com relação às suas origens e características, o desenvolvimento do sistema de Educação Superior no Brasil, pode ser considerado um caso atípico no contexto latino Americano. Oliven (2002, p. 31) salienta, “[...] desde o século XVI, os espanhóis fundaram universidades em suas possessões na América, as quais eram instituições religiosas, que recebiam a autorização do Sumo Pontífice, através de Bula Papal.”. O Brasil Colônia, por sua vez, não criou instituições de Educação Superior em seu território até o início do século XIX, ou seja, quase três séculos mais tarde.

Ainda de acordo com Oliven (2002) entendemos que para graduarem os estudantes da elite colonial portuguesa, considerados portugueses nascidos no Brasil, tinham de se deslocar até a metrópole. Na Colônia⁴, o ensino formal esteve a cargo da Companhia de Jesus.

Piletti e Piletti (1990) contam em seus escritos que a Companhia de Jesus foi fundada por Inácio de Loyola, em 1534. Seu principal objetivo era deter o avanço protestante através da educação das novas gerações e por meio da ação missionária, procurando converter à fé católica os povos das regiões que estavam sendo colonizadas. A coroa portuguesa uniu-se a Igreja, pois, com o trabalho de catequização dos índios, facilitava para Portugal a colonização da Colônia.

Ainda para os autores supracitados enfatizam esse fato, narrando:

O primeiro grupo de jesuítas chegou ao Brasil em 1549, Chefiados pelo padre Manoel de Nóbrega, os jesuítas que aqui iniciaram suas atividades procuravam alcançar seu objetivo missionário, ao mesmo tempo em que se integravam à política colonizadora do rei de Portugal. O raciocínio era simples: seria mais fácil submeter o índio, conquistando suas terras, se os portugueses aqui se apresentassem em nome de Deus, abençoados pela Igreja (PILETTI; PILETTI, 1990, p. 134).

Desta maneira, a realeza e a Igreja aliaram-se na conquista da Colônia, para alcançar de forma mais eficiente seus objetivos. Assim, Freire (2012, p. 173, grifo do autor) compartilha da mesma ideia quando enfatiza, “Respaldados pela *anestesia histórica* das populações sofridas e pacientes, os dominadores usam Deus para a realização de seus fins.”.

A realeza procurava facilitar o trabalho missionário da Igreja que assim, na medida em que buscava converter os índios à cultura dos europeus e à religião católica, favorecia o trabalho colonizador da Coroa Portuguesa.

Segundo Gadotti (2003), os jesuítas dedicavam-se desde a colonização dos indígenas organizados em aldeamentos, até a formação do clero, em seminários teológicos e a educação dos filhos da classe dominante nos colégios reais. Nestes colégios era oferecida uma educação medieval latina com elementos de grego, a qual preparava seus estudantes, por meio dos estudos menores, a fim de poderem frequentar a Universidade de Coimbra, em Portugal.

Os jesuítas foram criadores da “[...] *Ratio Studiorum*, que é o plano de estudos, de métodos e a base filosófica dos jesuítas, representa o primeiro sistema organizado de educação católica. Ela foi promulgada em 1599 depois de um período de elaboração e experimentação.” (GADOTTI, 2003, p. 72).

A *Ratio studiorum* que era o plano completo dos estudos mantidos pela Companhia de Jesus, além das aulas elementares de ler e escrever, eram oferecidos três cursos. “[...] o curso de Letras e o de Filosofia e Ciências, considerados de nível secundário, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior e destinadas principalmente à formação de sacerdotes.” (PILETTI; PILETTI, 1990, p. 136).

Para Gadotti (2003), a educação dos jesuítas era dedicada a formar as elites burguesas, para prepará-las a exercer a supremacia cultural e política. Eficientes na formação das classes dominantes, os jesuítas descuidaram completamente da educação popular. A pedagogia da Companhia de Jesus foi e ainda é criticada apesar de ter sofrido retoques e adaptações através dos tempos, por suprimir a originalidade do pensamento e comandar a invasão cultural colonialista europeia, no mundo.

4 Trata-se do Brasil, quando era Colônia de Portugal.

Depois de perpassar por parte do processo educacional jesuítico, ainda demorou um pouco para ter universidade no Brasil. Seguindo, Em 1808, a família real portuguesa fugiu de Lisboa com destino ao Brasil, para escapar das tropas napoleônicas que haviam invadido Portugal. Quando chegou à Bahia, Dom João VI, então príncipe regente, recebeu a solicitação dos comerciantes locais no sentido de ser criada uma universidade no Brasil (OLIVEN, 2002).

Para tanto, dispunham-se a colaborar com uma significativa ajuda financeira. Em vez de universidade, Salvador passou a sediar o Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia. Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, foram criados, nessa cidade uma Escola de Cirurgia, além de Academias Militares e a Escola de Belas Artes, bem como o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico (OLIVEN, 2002).

Seguindo ainda o raciocínio de Oliven (2002), quando o Brasil tornou-se independente, em 1822, o Imperador Dom Pedro I assumiu o poder, o qual, mais tarde renunciou ao trono brasileiro, para assumir, como Dom Pedro IV, o reino de Portugal. Em seu lugar, permaneceu no Brasil, seu primogênito ainda menor de idade, Dom Pedro II.

De acordo com a autora supracitada, durante o período da Regência de Dom Pedro II foram criados, em 1827, dois cursos de direito: um em Olinda, na região nordeste, e outro em São Paulo, no Sudeste. Além desses cursos, a Escola de Minas foi criada na cidade de Ouro Preto, que como o próprio nome já indica, situava-se na região de extração de ouro. Embora a criação dessa Escola date de 1832, ela foi instalada somente 34 anos mais tarde.

Podemos ressaltar que, foi somente a partir da chegada da família real que se permitiu a criação das primeiras instituições de Educação Superior, as quais adotaram um cunho exclusivamente profissionalizante, ligadas às áreas da Medicina, da Engenharia e do Direito. As mesmas foram instaladas em metrópoles economicamente mais importantes da época.

Desta maneira, Sousa Santos (2008), afirma que a primeira instituição de ensino superior a ser fundada no Brasil foi a Escola de Cirurgia do Hospital Real Militar, fundada na Bahia em 1808. O fundador e patrono foi D. João VI, monarca português que fugiu da Europa com toda a sua corte para escapar das guerras napoleônicas. Nove meses depois, foi fundada uma instituição similar no Rio de Janeiro, onde finalmente se instalou a corte portuguesa.

Ainda de acordo com Sousa Santos (2008), existe uma disputa, em se estabelecer qual foi a primeira universidade brasileira. A criação da Universidade do Brasil⁵ em 1921, por muito tempo citada como a primeira universidade nacional, aparece hoje como uma anedota, contada e recontada, teria sido criada somente para conceder um título de *Doctor honoris causa* ao Rei Balduino da Bélgica, que impôs como condição para participar dos festejos do Centenário da Independência do Brasil, receber a honraria universitária máxima.

Porém, as controvérsias e discussões referentes à primeira universidade do Brasil são constantes, com esse impasse o autor afirma

A Universidade do Paraná se apresentava como a pioneira, criada em 1912 mediante a união de faculdades isoladas; porém já descobrimos que os barões da borracha criaram a Universidade do Amazonas em 1909, em condições semelhantes. Daqui a pouco alguma outra instituição pode aparecer postulando-se como a primeira universidade brasileira, desde 1808 (SOUSA SANTOS, 2008, p. 130).

Nestas condições, percebemos que as universidades brasileiras são muito jovens em relação às universidades do mundo. Portanto, para criarem instituições de Educação Superior no Brasil apropriaram-se de modelos já existentes no mundo, por exemplo, o Modelo Humboldtiano.

De acordo com Sousa Santos (2008), o Relatório Humboldt foi divulgado em 1810 e tinha por finalidade estabelecer a supremacia da pesquisa, priorizando no ensino superior a antiga faculdade inferior, realizando assim a proposta kantiana⁶. Tinha como ideal a verdade para o ensino das faculdades inferiores, para tanto, a pesquisa científica seria essa verdade. Do ponto de vista

⁵ Atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

⁶ Kant propõe uma reforma da instituição universitária, para que ela deixe de obedecer a princípios religiosos e políticos e enfim se constitua como espaço livre, onde não haja poder externo (*magister*, soberano ou pontífice) para atestar a verdade mesmo para as faculdades superiores (SOUSA SANTOS, 2008).

de organização do saber, a reforma humboldtiana consolidou o sistema de gestão acadêmica com base no conceito de cátedra.

Com a reforma humboldtiana começou a ser adotado nas universidades o sistema de cátedras, assim, um professor era o responsável vitalício por todo o processo curricular e de ensino-aprendizagem de uma determinada área do conhecimento. Sousa Santos (2008, p. 120), ressalta que “[...] para cada disciplina científica haveria um líder intelectual autônomo⁷ e responsável tanto pela gestão dos processos administrativos como pela gestão acadêmica dos conteúdos curriculares”. Somente com a Reforma Universitária em 1968 que os departamentos substituíram as respectivas cátedras, passando os chefes de departamento ter caráter rotativo.

Dessa maneira, Sousa Santos (2008, p. 121), diz

A primeira universidade alemã moderna foi a Universidade de Berlim, organizada de acordo com os princípios e diretrizes do Relatório Humboldt. No modelo da universidade humboldtiana, logo difundido por toda a Europa do Norte no século XIX, a pesquisa se afirma como eixo de integração do ensino superior e o credenciamento do que pode ou não ser ensinado nas universidades se define pela investigação científica

Vale ressaltar que a produção do conhecimento sistemático quase nunca se dava nas universidades, e sim nas academias e nas sociedades científicas.

A Universidade Federal de Rondônia: aspectos históricos – sociais

A UNIR precisa ser entendida e compreendida dentro de um contexto maior de Universidade, sendo que esta instituição tem problemas característicos, por causa de sua localização que afeta a sua pesquisa. Pois, deixa de receber verbas de instituições que fomentam a pesquisa, sendo que, não tem condições de concorrer no mesmo nível com as grandes universidades do Sul e Sudeste.

A instituição em foco localiza-se em região geográfica periférica, carente de recursos humanos e financeiros, nem sempre é apoiada pelos editais de fomento do governo, ou seja, não faz parte dos considerados grandes centros de pesquisa, sul e sudeste do país. Considerando tais dificuldades, buscaremos aqui, focar fatos relevantes desde a sua criação até os dias atuais, para tentarmos compreender como essa instituição se caracteriza enquanto Universidade Pública e gratuita.

A Fundação Universidade Federal de Rondônia foi criada em 1982 pela Lei 7.011, de 08 de julho, assinada pelo então presidente João Figueiredo, logo após a criação do Estado de Rondônia pela Lei Complementar nº 47 de 22 de dezembro de 1981 (MOREIRA, 2007).

Mesmo a UNIR sendo criada na data acima citada, antes disso, as primeiras Instituições de Educação Superior no território de Rondônia datam de 1972, através da atividade de extensão universitária, desenvolvida pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sagrado Coração de Jesus, da cidade de Bauru do estado de São Paulo, conforme afirma Moreira (2001).

Para Sousa (2007), a Lei 5.540/68 da Reforma Universitária preconiza no Art. 40 que as instituições de educação superior, por meio das suas atividades de extensão, devem propiciar aos corpos discentes oportunidades de participar da melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral de desenvolvimento. O papel da política de extensão consagrada nessa Lei acentuou o caráter de integração social e prestação de serviço à população numa dimensão socialista. Assim a atividade de extensão foi o embrião da Universidade no estado de Rondônia.

Quanto à inclusão da Educação Superior em terras rondonienses, as primeiras tentativas datam de 1970, através de extensões das Universidades Federais do Rio Grande do Sul e Pará, e posteriormente em 1980 com a criação da Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia (FUNDACENTRO), com os primeiros cursos de Ciências Contábeis e Economia, vindo a ser a única instituição desta natureza existente no então Território Federal e atual estado de Rondônia (MOREIRA, 2007).

⁷ No sentido kantiano, autonomia quer dizer capacidade de superar tanto tradição como conservadorismo (não são a mesma coisa), contribuindo para (des) tradicionalizar o instituído na universidade (SOUSA SANTOS, 2008).

A atividade de extensão foi o ápice para a inserção da Educação Superior no estado. Tanto que o modelo e a opção pela “[...] universidade *multicampi* tem raízes no movimento pioneiro da Universidade Federal do Pará (UFPA), que a partir de 1970 marcou presença no interior do Pará, estendendo suas atividades para o Amapá, Roraima e Rondônia.” (MOREIRA, 2007, p.121, grifo nosso). Assim compreende-se que a UNIR, se originou da atividade de extensão da Universidade Federal do Pará.

Quando a UNIR começou suas atividades acadêmicas, era somente em Porto Velho, capital do estado. Em 1988, a UNIR segue o exemplo da UFPA e segue planejando e implementando a abertura de cursos e ações para a construção de *Campus* universitários em Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Cacoal, Rolim de Moura e Vilhena.

Assim, desde 1988 a Universidade se caracteriza como uma instituição *multicampi*. Posteriormente, a UNIR abriu mais dois *campi*, um no município de Ariquemes e outro em Presidente Médice. Dessa maneira, a Universidade passou a ter sete *campi* espalhados pelo estado, mais o campus de Porto Velho, que é a sede administrativa.

De acordo com Moreira (2007), os avanços e recursos das ações, atitudes e realizações no processo da construção da Universidade *Multicampi* foram influenciados pelo movimento migratório ocorrido de forma diferente de uma cidade para outra.

Com relação a Rondônia, um dos nove, estado que compõe a Região Norte, o processo de integração tem início, efetivamente, a partir de 1965, quando é aberta a BR-364, ligando Cuiabá a Porto Velho. Em 1968, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) passa a disciplinar o processo de ocupação das terras. A partir de então, correntes migratórias de intensidade crescente se dirigem para o estado (TEIXEIRA; FONSECA, 2001).

Ainda utilizando das ideias dos autores supracitados, realmente, a década de 1970 e 1980 foi marcada pela intensificação do fluxo migratório para Rondônia. Migrantes vindos das regiões sul, sudeste, centro-oeste e principalmente do nordeste⁸ do país passam a dedicar-se à agricultura e à pecuária no território de Rondônia. O processo de colonização por pequenos produtores foi diretamente responsável pelo surgimento das cidades situadas ao longo da BR-364: Ariquemes, Jaru, Ouro Preto d’ Oeste, Ji-Paraná, Presidente Médici, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena.

Os migrantes influenciaram a expansão da UNIR, com a intenção de formar principalmente, professores da Educação Básica. Pois, até o ano de 1999 a maioria dos professores do estado não tinha nível superior. No tocante aos resultados positivos da interiorização da Universidade, Moreira (2007, p. 19) ressalta,

A maioria dos professores do ensino fundamental e a totalidade do ensino médio apresentavam formação universitária, o que aponta para o cumprimento considerável da função social da universidade, respondendo à sociedade, titulando pessoal do sistema de ensino municipal, estadual e federal locais.

Dessa maneira, entendemos que, depois da interiorização da Universidade toda a sociedade rondoniense saiu ganhando, pois, em média, quatro anos depois da criação de cada *campus* nas cidades do interior a maior parte dos professores da educação básica já estava titulada.

A priori, a Universidade debruçava-se sobre os cursos de licenciatura, justamente, por existir esse *déficit* de professores atuando sem a graduação. Atualmente, a UNIR possui 39 cursos de graduação (dos quais 11 são licenciaturas) espalhados pelos seus oito *campi*. Conta ainda, com especialização em *strictu sensu*, sendo onze mestrados em diferentes áreas do conhecimento e dois doutorados, todas as especializações em *strictu sensu*, ficam concentradas no campus José Ribeiro Filho, na capital do estado (UNIR, 2014).

Considerações finais

O compromisso de uma Educação Superior comprometida com esta sociedade passa por

8 Segundo Teixeira e Fonseca (2001), a expansão das zonas de produção era abastecida pela exploração do silvícola e pelo aliciamento de mão de obra em outras regiões do Brasil, principalmente do Nordeste, que na Amazônia, preso ao endividamento, se via impossibilitado de escolher outra ocupação. Então, os migrantes eram divididos para trabalhar nos seringais e na Estrada de Ferro Madeira Mamoré.

considerar e reconhecer sua historicidade. Isso pode auxiliar o processo de construção/reconstrução das IES e assim favorecer a formação humana numa perspectiva que contemple e considere suas características histórico-sociais locais.

Considera-se que esse processo é um constante rever-se, repensar-se e reorganizar-se. Reitera-se que é necessário conhecer essa caminhada histórica da Educação Superior, a fim de encontrar um novo equilíbrio entre a formação técnico/profissional e a formação humanista/cultural juntamente com novas formas de pensar o ensino e a produção do conhecimento para que promova a emancipação dos sujeitos de maneira a valorizar as questões locais sem desconsiderar o global.

Assim, a universidade tanto se promove como se sujeita, age, interage e reage aos níveis e às condições de desenvolvimento regional e local. A multicampia potencializa essa diversidade, pois que o campus está em contato com tantas realidades distintas.

Referências

BENICÁ, Dirceu. Universidade em movimento. In: _____. (Org.). **Universidade e suas fronteiras**. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 31-59.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato José Pinto (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 2012.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2003.

GAMBOA, Silvio Sánchez. A pesquisa na construção da universidade: compromisso com a aldeia num mundo globalizado. In: LOMBARDI, J. (Org.). **Pesquisa em educação**: história, filosofia e temas transversais. Campinas: Autores Associados, 1999.

MOREIRA, Dorosnil Alves. Ética, educação, universidade, sociedade. In: _____. (Org.). **Ética, educação, universidade, sociedade**: reflexões acerca de vivências e práticas como respostas às necessidades no contexto da Amazônia. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 11-29.

_____. **Processo de interiorização da Universidade Federal de Rondônia na cidade de Guajará-Mirim no período de 1982 a 1999**. 142 f. Dissertação de Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arrosa (Org.). **A educação superior no Brasil**. Brasília: CAPES, 2002. p. 31-42.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História da educação**. São Paulo: Ática, 1990.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A universidade no século XXI**: para uma universidade nova. Coimbra: S/E, 2008. p. 1-106.

SOUSA, Andréia de Silva Quintanilha. A expansão da educação superior no estado de Rondônia: 1991 - 2004. In: Congresso Nacional de Política e Administração da Educação: por uma escola de qualidade para todos. Porto Alegre: **Cadernos ANPAE**, 2007. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/30.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2014.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. **História regional**: Rondônia. 2.

ed. Porto Velho: Rondoniana, 2001.

UNIR. **Graduação e pós-graduação**. Disponível em: <<http://www.unir.br/?pag=submenu&id=324&titulo=Cursos%20de%20Gradua%E7%E3o>>. Acesso em: 3 mar. 2014.

Recebido em 30 de setembro de 2018.

Aceito em 6 de novembro de 2018.